



AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 2º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos da Audiência Pública são:

- Demonstrar as Receitas Arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;
 - Demonstrar as Despesas realizadas executadas no período;
 - Comparar as Receitas e Despesas do período;
 - Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;
 - Comparar as Metas e as Dívidas do município;
 - Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal, ensino e saúde.
-



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. Conforme se infere do demonstrativo, a Receita Bruta do exercício de 2024 comportou-se conforme as previsões contidas no Planejamento Municipal.

ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL	PREVISTA ATÉ O QUADRIMESTRE	RECEBIDA ATÉ O QUADRIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	69.251.000,00	47.063.758,69	45.718.870,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.750.000,00	5.769.202,18	4.684.936,50
RECEITA PATRIMONIAL	1.703.500,00	1.284.226,10	577.630,35
TRANSF. CORRENTES	59.542.500,00	39.854.745,51	39.412.393,87
OUTRAS REC. CORRENTES	255.000,00	155.584,90	1.043.909,61
(CONTAS REDUTORAS)	7.336.000,00	5.011.048,09	4.687.765,84
RECEITAS DE CAPITAL	2.682.500,00	1.316.538,46	2.557.193,95
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	234.400,00
TRANSF. DE CAPITAL	2.682.500,00	1.316.538,46	2.322.793,95
TOTAL DA RECEITA	64.597.500,00	43.369.249,06	43.588.298,44

Fica demonstrado que no período examinado houve arrecadação superior à previsão, tendo sido apurado um Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 219.049,38 no período, oriundo da Alienação de Bens realizada.

Conforme Art. 43 - § 3º da Lei 4.320/64, entende-se por excesso de arrecadação, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada.

O Superávit Financeiro do exercício de 2023 foi de R\$ 5.656.455,59. A Lei 4320/64, em seu Art. 43 § 2º - estabelece que entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do Balanço Patrimonial do exercício anterior.

DESPESAS

O comportamento da Execução da Despesa foi também realizado dentro da normalidade prevista nas peças orçamentárias, e dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO PERÍODO

No período, a Despesa Orçamentária foi acrescida de R\$ 8.642.941,17 por Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, passando ao montante de R\$ 73.240.441,17 tendo sido utilizados os seguintes recursos:



CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS ESPECIAIS, ABERTOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Excesso de Arrecadação	R\$ 5.033.845,30	
Superávit Financeiro	<u>R\$ 2.182.233,30</u>	<u>R\$ 7.216.078,60</u>

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Superávit Financeiro	<u>R\$ 1.426.862,57</u>
----------------------	-------------------------

Foram abertos ainda Créditos Adicionais utilizando Anulação de Dotações e/ou Remanejamentos - que não alteram o valor do Orçamento.

Após as alterações orçamentárias realizadas, as Despesas Autorizadas e Realizadas passaram a ser as que vão demonstradas no Anexo a seguir:

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS NO PERÍODO	LIQUIDADAS NO PERÍODO	PAGAS NO PERÍODO
DESPESAS CORRENTES	59.848.944,00	4.011.794,57	63.860.738,57	44.951.751,33	38.571.265,97	38.019.217,73
PESSOAL E ENCARGOS	32.044.500,00	(1.645.480,66)	30.399.019,34	18.935.588,21	18.929.882,73	18.561.070,84
OUTRAS DESP. CORRENTES	27.804.444,00	5.657.275,23	33.461.719,23	26.016.163,12	19.641.383,24	19.458.146,89
DESPESAS DE CAPITAL	4.011.050,00	4.692.797,60	8.703.847,60	4.838.904,77	1.813.234,52	1.813.234,52
INVESTIMENTOS	3.811.050,00	4.692.797,60	8.503.847,60	4.704.582,19	1.689.099,11	1.689.099,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	134.322,58	124.135,41	124.135,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	737.506,00	(61.651,00)	675.855,00			
TOTAL DA DESPESA	64.597.500,00	8.642.941,17	73.240.441,17	49.790.656,10	40.384.500,49	39.832.452,25

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES
DESPESA LIQUIDADADA - SUPERÁVIT	3.203.797,95

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para perfeita análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA: refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de valores principais recebidos);



DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O RESULTADO PRIMÁRIO apura a diferença entre a Receita Fiscal Líquida e a Despesa Fiscal Líquida, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).

Passemos à análise do Resultado Primário:

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	45.718.870,33
RECEITAS DE CAPITAL	2.557.193,95
DEDUÇÃO FUNDEB	(4.687.765,84)
TOTAL	43.588.298,44
DEDUÇÕES	
RENDAS DE APLIC. FINANCEIRAS	569.218,28
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	43.019.080,16

DESPESAS FISCAIS	LIQUIDADAS ATÉ O QUADRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	38.571.265,97
DESPESAS DE CAPITAL	1.813.234,52
TOTAL	40.384.500,49
DEDUÇÕES	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	124.135,41
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	40.260.365,08

RESULTADO PRIMÁRIO	2.758.715,08
---------------------------	---------------------

O valor da Execução do Resultado Primário apurado no período demonstra atendimento das Metas previstas para o exercício.



ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e Restos a Pagar Processados, calculando a capacidade financeira para fazer face ao pagamento da dívida, e comparando com o exercício anterior.

A seguir, a análise do Resultado Nominal:

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
DÍVIDA EXISTENTE		
DÍVIDA CONSOLIDADA	1.293.572,06	1.159.249,48
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	426.130,74	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS CURTO PRAZO	628.873,32	734.623,28
TOTAL DA DÍVIDA	2.348.576,12	1.893.872,76
ATIVO DISPONÍVEL	8.907.617,17	10.408.369,70
HAVERES FINANCEIROS	25.512,30	35.690,25
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	8.933.129,47	10.444.059,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	6.584.553,35	8.550.187,20
RESULTADO NOMINAL (B-A)		1.965.633,84

MODELO 2

1) MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA NO PERÍODO	454.703,36
2) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.510.930,48
RESULTADO NOMINAL (1+2)	1.965.633,84

Pelos demonstrativos, fica demonstrado que apesar das dificuldades econômico/financeiras sofridas no período, o Município atendeu os parâmetros necessários para não aumentar o estoque de suas dívidas, cumprindo as metas referentes ao **RESULTADO NOMINAL** no período, conforme estabelecido pela Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR						
	Saldo de Exercícios Anteriores	Baixas no Exercício		Inscritos no Exercício	A Pagar	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 10.408.369,70
		Cancelados	Pagos			
PODER EXECUTIVO						
R. P. Processados	426.130,74	21.122,45	405.008,29	0,00	0,00	
R. P. Não Processados	2.472.925,82	54.057,87	1.945.657,38	0,00	473.210,57	
TOTAL	2.899.056,56	75.180,32	2.350.665,67	0,00	473.210,57	
PODER LEGISLATIVO						
R. P. Não Processados	41.787,51	0,00	41.787,51	0,00	0,00	
TOTAL	2.940.844,07	75.180,32	2.434.240,69	0,00	473.210,57	

Procedendo a análise das contas “Restos a Pagar” e “Dívida Consolidada” fica demonstrado que o Executivo Municipal de São Luiz do Paraitinga possui disponibilidade financeira suficiente para quitar toda dívida existente.



APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO – FUNDEB E 25% NO ENSINO

No período a movimentação de RECEITAS E DESPESAS com recursos referentes ao FUNDEB e aos 25% dos RECURSOS PRÓPRIOS obrigatórios em ENSINO, foi a seguinte:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - ANEXO 8 - ENSINO			
FUNDEB - QUARTO BIMESTRE DE 2024			
RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO			
RECEITAS DO FUNDEB			7.154.453,07
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA			66.262,34
TOTAL DA RECEITA DO FUNDEB			7.220.715,41
ENSINO FUNDEB	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
MAGISTÉRIO 70%	6.073.841,39	6.073.841,39	5.932.670,31
OUTRAS DESPESAS - 30%	833.657,28	671.448,29	671.448,29
SOMA DAS DESPESAS ENSINO BÁSICO FUNDEB	6.907.498,67	6.745.289,68	6.604.118,60
PORCENTAGEM APLICADA - MÍNIMO 70%	84,12%	84,12%	82,16%
PORCENTAGEM APLICADA - MÁXIMO 30%	11,55%	9,30%	9,30%
PORCENTAGEM APLICADA - TOTAL	95,66%	93,42%	91,46%
RECEITAS PRÓPRIAS - 25% - QUARTO BIMESTRE DE 2024			
	RECEITAS	RECEBIDO	25%
RECEITAS PRÓPRIAS		3.994.075,12	998.518,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		15.133.412,31	3.783.353,08
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO		9.177.726,48	2.294.431,62
SOMA - 25%		28.305.213,91	7.076.303,48
DESPESAS			
DESPESAS REALIZADAS - ENSINO 25%	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
ENSINO FUNDAMENTAL - 220 - 361	4.554.053,90	3.714.764,63	3.671.552,60
ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - 212 - 365	4.904,39	4.904,39	4.904,39
ENSINO INFANTIL - CRECHE - 213 - 367	16.645,98	16.645,98	16.645,98
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	4.616.149,43	3.776.860,16	3.733.648,13
REC. DA DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	4.687.765,84	4.687.765,84	4.687.765,84
SOMA	9.303.915,27	8.464.626,00	8.421.413,97
DEDUÇÃO - Receita de Aplicação Financeira - 100%	4.117,94	4.117,94	4.117,94
TOTAL DA DESPESA - APLICAÇÃO DOS 25%	9.299.797,33	8.460.508,06	8.417.296,03
PORCENTAGENS APLICADAS	32,86%	29,89%	29,74%

Conforme vai demonstrado, houve atendimento à aplicação no Ensino, conforme estabelecido pela legislação vigente.



APLICAÇÃO NA SAÚDE

No período, a movimentação de RECEITAS E DESPESAS com recursos próprios em SAÚDE, foi a seguinte:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - ANEXO 12 - SAÚDE		
QUARTO BIMESTRE DE 2024		
RECEITAS	RECEBIDAS	% APURADA
RECURSOS ORDINÁRIOS - 15%		
I.P.T.U. - 1112.50	1.582.036,44	237.305,47
I.T.B.I. - 1112.53	383.257,47	57.488,62
I.R.R.FONTE - 1113.03	708.690,58	106.303,59
I.S.S.Q.N. - 1114.51	1.320.090,63	198.013,59
F.P.M. - 1711.51	14.250.969,26	2.137.645,39
I.T.R. - 1711.52	10.136,10	1.520,42
I.C.M.S. Desoneração	0,00	0,00
I.C.M.S. - 1721.50	7.341.802,31	1.101.270,35
I.P.V.A. - 1721.51	1.781.905,46	267.285,82
I.P.I. - Exp. - 1721.52	54.018,71	8.102,81
TOTAL DA RECEITA ORDINÁRIA	27.432.906,96	4.114.936,04
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - 100%		4.660,57
TOTAL GERAL DA RECEITA ORDINÁRIA		4.119.596,61

DESPESAS				
01 - RECURSOS PRÓPRIOS - 15%	ORÇADAS	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS CORRENTES				
Venc. Vantagens Fixas	2.300.000,00	1.567.890,65	1.567.890,65	1.567.890,65
Obrigações Patronais	1.090.000,00	466.730,73	466.730,73	396.618,63
Indenizações e Restituições Trabalhistas	80.000,00	65.002,52	65.002,52	65.002,52
Diárias e Adiantamentos	92.000,00	63.216,16	61.729,30	60.498,34
Material de Consumo	1.000.000,00	845.035,73	694.194,55	669.601,98
Material de Distribuição Gratuita	250.000,00	179.557,69	144.318,46	139.849,66
Outros Serv. Pessoa Física	112.600,00	37.626,33	23.105,33	23.105,33
Outros Serv. Pessoa Jurídica	5.160.000,00	4.008.137,69	2.951.136,43	2.950.683,43
Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação	75.000,00	40.989,66	37.508,39	37.508,39
Auxílio Alimentação	250.000,00	248.000,00	144.179,05	144.179,05
Outros Aux. Financeiros a Pessoa Física	50.400,00	50.100,00	37.800,00	37.800,00
Rateio Consórcio Público (entra no SIOPS 15%)	539.185,10	450.149,10	360.119,28	360.119,28
TOTAL DESPESAS CORRENTES	10.999.185,10	8.022.436,26	6.553.714,69	6.452.857,26
DESPESAS DE CAPITAL				
Obras e Instalações	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	25.000,00	13.433,03	10.522,43	10.522,43
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	13.433,03	10.522,43	10.522,43
TOTAL DA DESPESA SEM CONSÓRCIO	10.490.000,00	7.585.720,19	6.204.117,84	6.103.260,41
TOTAL DA DESPESA COM CONSÓRCIO	11.029.185,10	8.035.869,29	6.564.237,12	6.463.379,69
APLICAÇÃO 15% SEM CONSÓRCIO		27,65%	22,62%	22,25%
APLICAÇÃO 15% COM CONSÓRCIO		29,29%	23,93%	23,56%

Conforme se infere do demonstrativo, houve atendimento à aplicação na Saúde, em índice maior que o estabelecido pela legislação vigente.



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER EXECUTIVO

A Despesa com Pessoal no período, conhecido como R.G.F., nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, está dentro dos parâmetros exigidos, com a porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida abaixo dos limites de estabelecidos pela legislação pertinente, e vai assim demonstrado:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER EXECUTIVO		
QUARTO BIMESTRE DE 2024		
QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	DOZE ÚLTIMOS MESES	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	57.794.517,75	
	R\$	%
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	27.006.091,42	46,73%
Limite Máximo (Art. 20 LRF)	31.209.039,59	54,00%
Limite Prudencial 95% (parágrafo único - art. 22 LRF)	29.648.587,61	51,30%
Limite de Alerta - 90% (parágrafo 1º, inciso II - art.59 LRF)	28.088.135,63	48,60%
Excesso a Regularizar - Limite Máximo - 54,00%	-4.202.948,17	-7,27%
Excesso a Regularizar - Limite Prudencial - 51,30%	-2.642.496,19	-4,57%
Excesso a Regularizar - Limite Alerta - 48,60%	-1.082.044,21	-1,87%